



MEDIEVALISMO AFETIVO
EM A RAINHA MORTA E O REI SAUDADE
DE ANTÓNIO CÂNDIDO FRANCO

AFFECTIVE MEDIEVALISM
IN *A RAINHA MORTA E O REI SAUDADE*
BY ANTÓNIO CÂNDIDO FRANCO

Ana Maria Machado
Centro de Literatura Portuguesa / Universidade de Coimbra
anamacha@fl.uc.pt
<http://orcid.org/0000-0003-4392-2999>

Recepción 30-03-2023 – Aceptación 17-05-2023

Resumo

Partindo do conceito de medievalismo afetivo formulado por Thomas Prendergast e Stephanie Trigg (2018), no romance *A rainha morta e o rei saudade*, de António Cândido Franco (2013), exploram-se as semelhanças no modo como o desejo medieval e contemporâneo determinam a constituição do passado, analisa-se a hermenêutica da empatia que subjaz ao romance e nele perpetua e reinventa o gesto memorial de Pedro e a sua própria mitificação da história. O medievalismo afetivo do escritor constitui uma prática transformadora, estruturada em função das coordenadas temporais, culturais e afetivas do autor. Na rememoração do passado, prolonga-se a memória petrificada que Franco exacerba e converte em mito genesiaco, materializando a imaginação de um tempo pregresso num futuro que o olha como mito fundador. Para o demonstrar, considero algumas diferenças entre duas versões (a primeira, de 1990) desta história amorosa para sinalizar as reelaborações imaginativas do romance de 2003 e a afinidade dos episódios maravilhosos, a recomposição do novo dispositivo narrativo e as suas repercussões na mitificação da saudade. Mais do que uma ideia da Idade Média, *A rainha morta e o rei saudade* ressalta uma idealização do amor. Ancorado na sintonia de um olhar glorificador —de Pedro, sobre o seu passado de amor, e do autor, no exercício de

memória que exacerba a recordação medieval petrista—, e do amor por esse passado, o autor encena a obsessão que o liga aos amores de Pedro e Inês. Revisita-os sem disfarçar quanto o resultado final reflete também o devir do autor empírico.

Palavras chave

Estudos de medievalismo, medievalismo afetivo, hermenêutica da empatia, António Cândido Franco, *A rainha morta e o rei saudade*, literatura portuguesa, Idade Média, amores de Pedro e Inês.

Abstract

Starting from the concept of affective medievalism framed by Prendergast and Trigg (2018), in the novel *The Dead Queen and the Longing King*, by António Cândido Franco (2013), we explore the similarities in which medieval and contemporary desire define the composition of the past, we analyze the hermeneutics of empathy that underlies the novel, as well as reinvents Pedro's memorial gesture and his own mythification of history. The writer's affective medievalism frames a transforming practice, structured according to the author's temporal, cultural and affective context. In the remembrance of the past, Pedro's memory is extended and Franco converts it into a myth, materializing the imagination of a past time in a future that looks at it as a founding myth. To demonstrate it, I consider some differences between two versions of this story (the first, from 1990), to point out the re-elaborations of the 2003 novel and the affinity of the wonderful episodes, the recomposition of the new narrative device and its repercussions in the mythification of longing. More than an idea of the Middle Ages, *The Dead Queen and the Longing King* emphasizes an idealization of love. Anchored in the harmony of a glorifying image – from Pedro's past love and from the author, in the exercise of memory that exacerbates the king's medieval remembrance – and of love for the past, the author enacts the obsession that connects him to the love of Pedro and Inês. He revisits them without disguising how much the final result also reflects his changes.

Keywords

Studies in Medievalism, Affective Medievalism, Hermeneutics of Empathy, António Cândido Franco, *The Dead Queen and the Longing King*, Portuguese Literature, Middle Ages, Love of Pedro and Inês.

I. INTRODUÇÃO: MEDIEVALISMO AFETIVO

O romance histórico *A rainha morta e o rei saudade. O amor de Pedro e Inês*, que António Cândido Franco (1956-) publicou em 2003, afigura-se um excelente testemunho do conceito de medievalismo afetivo que Thomas Prendergast e Stephanie Trigg (2018) discutem em *Affective Medievalism* e que gostaria de explorar no estudo de um romance histórico assaz singular. Estes teóricos chamam a atenção para as relações afetivas com o passado e para o modo como elas determinam a sua abordagem, ao mesmo tempo que procuram esbater a diferença entre as respostas emocionais medievais e contemporâneas em relação ao passado, sublinhada por muito medievalismo ao demarcar o passado descoberto pelos estudos medievais, do passado recriado e objeto dos estudos de medievalismo, apartando assim uma Idade Média examinada *per se* do impacto que a sua recriação pode ter na posteridade.

A questionação da dicotomia responsiva comumente estabelecida decorre da existência de vários medievalismos ligados por semelhanças de família. De facto, em função da latitude do *corpus* medievalista (nos domínios da literatura, do cinema, da arquitetura, da banda desenhada...), da diversidade de especialidades que o estudam e das múltiplas formas de representar a Idade Média, autores como Sikorska (2008) e Shippey (2009) defendem que se deve falar preferencialmente de medievalismos. Além das distintas visões da Idade Média que os vários críticos (Eco, 1989; Gutiérrez Garcia, 2009; Toswell, 2009; Mathews, 2015; Arcens 2016) têm identificado, no medievalismo há ainda a considerar os alvos da sua revisitação: periferias da cultura medieval ou domínios descuidados pelo seu estudo; interpelações a um passado tantas vezes lacónico, quando não irrecuperável, ou respostas aos silêncios da história. Em suma, estas abordagens encontram, na relevância da alteridade medieval, o Outro que as justificam, e que se subsume num passado cuja permanência, transformação e rotura a criatividade do medievalismo revela.

Neste contexto, a novidade de Prendergast e Trigg assenta no entendimento do medieval e do medievalismo como duas formações mutuamente constitutivas e não necessariamente sequenciais, uma vez que não se situam numa linearidade cronológica única, não mantêm entre si uma simples relação de causa e efeito e consideram que alguns dos fenómenos medievalistas já existiam na literatura medieval. Deste modo, concluem que o medievalismo foi «*rarely only or simply a derivative, imitative replica of a pristine historical past.*» (Prendergast e Trigg, 2018, p. 23).

Relativamente ao discurso epistemológico que domina os estudos de medievalismo e à categorização ontológica do seu objeto de estudo, os autores contrapõem

um medievalismo como forma de prática ou de ação cujos modelos se podem, em muitos casos, identificar na literatura medieval, sendo aproximáveis do modo como o desejo contemporâneo determina a constituição do passado. Para o corroborar, convocam, por exemplo, a flexibilidade temporal ditada pela exegese cristã e pela relação alegórica ou tipológica entre passado, presente e futuro, responsável pela sensibilidade do homem cristão medieval à presença de outras temporalidades; as representações da Antiguidade presentificadas com valores e cenários medievais, como acontece nos romances de matéria antiga (*v.g. Roman de Troie*, de Benoît de Sainte-Maure) constituem uma outra manifestação desta sensibilidade histórica.

As aproximações relevadas desocultam afinidades entre o modo como a Idade Média olhou para o seu passado e o modo como o medievalismo contemporâneo viu a época medieval. A própria distinção história e memória, usada para separar estudos medievais e medievalismo, com base na diferença entre o desejo de conhecer o passado e o desejo de o habitar, afigura-se escorregadia, dado que se confronta com memórias medievais que, de novo, revelam similaridades com o medievalismo. A este propósito, Prendergast e Trigg referem as experiências místicas e as vivências ritualísticas da paixão, observando que estas práticas se desenrolam através da memória e não de uma participação no passado ou de um seu testemunho, o que as aproxima do tempo circular da comemoração e da liturgia, em detrimento do tempo linear da história. Ora, como também notam, convocando Gabrielle Spiegel (2002), entre história e memória, subsiste uma relação divergente com o passado, pois enquanto a história re-presenta um passado que permanece passado, a memória re-vifica-o, ou, no dizer de outros académicos, a história é analítica e a memória é afetiva.

É, portanto, essa ressurreição do passado —enquanto memória afetiva, meio de acesso e imagem desse passado— que caracteriza o imaginário medievalista, o qual tem em comum com o trabalho do historiador o desejo de ver o passado «*in all its dramatic immediacy*» (Prendergast e Trigg, 2018, p. 2), seguindo, na esteira do proposto por Vincent Ferré (2010), um impulso ora mais académico ora mais criativo. Além disso, o medievalismo não é sempre ou não diz apenas respeito ao «*historically medieval; [...] Rather, medievalism is a cultural, imaginative and, above all, transformative practice, one that is structured around a range of temporal, cultural, political and affective reflexes*» (Prendergast e Trigg, 2018, p. 44).

Estimulados pela hermenêutica da empatia e pela retórica do afeto, inserida na história e na ética das emoções, Prendergast e Trigg procuram identificar, no desejo do passado, exemplos de sentimentos como o amor, a abjeção e o descontentamento, tanto na Idade Média como nos estudos medievais e no medievalismo. Embora o foco da investigação dos autores incida na busca destes sentimentos seja

em relação ao passado da Idade Média seja nas atitudes pós-medievais perante o medieval, material ou experiencial, de certa forma, a tripartição afetiva estabelecida prolonga a tendência para estabelecer recortes diferenciadores do medievalismo. A título de exemplo, recorro Liliana Sikorska (2008) que, em *Medievalisms. The Poetics of Literary Re-Reading*, propõe uma dicotomia de teor mais genérico, distinguindo duas correntes de pensamento sobre a Idade Média: uma idealizada, reportando-se ao ideal de cavalaria, do amor cortês..., e uma outra «desidealizada», referindo-se ao estudo da medicina, do direito...; ou ainda *Medievalism: a Critical History*, de David Matthews (2015), uma obra de referência no âmbito dos estudos de medievalismo, onde se distinguem os polos grotesco ou gótico, relativos a tudo que envolve ameaça, violência, sexualidade bárbara, e, como contraponto, o modo romântico, ligado às origens, aos ideais de cavalaria, considerando que este dualismo de membros não excludentes é fundamental na compreensão contemporânea da Idade Média, seja ela erudita ou popular. O autor acrescenta que, em termos de representação, a Idade Média se pode revelar como se supõe ter sido, de modo realista; como uma lenda, representada realisticamente ou como uma fantasia; como nunca foi, mas com aparência medieval; com elementos medievais que incorporam outros modernos; ou ancorando a Idade Média num tempo presente que olha para o passado de um jeito mais ou menos explícito. Em qualquer caso, sublinha, trata-se sempre de uma ficção e não de um produto histórico.

Sem negligenciar a relevância destas perspetivas e a fecundidade operatória das respetivas distinções, neste trabalho gostaria de abordar sobretudo o enquadramento temporal, cultural e sobretudo afetivo do romance *A rainha morta e o rei saudade*, onde a visão de António Cândido Franco deixa claro que, tal como Prendergast e Trigg afirmam, «*past may not be the past that we think about in conventional historical terms – the narration of things that have actually happened – but may well be the imagining or imaginings of alternative pasts projected into the future*» (Prendergast e Trigg, 2018, p. 45). Neste sentido, após uma breve contextualização do episódio histórico e da sua fortuna, e dos contornos culturais em que se insere o romance em estudo, procurarei demonstrar como o medievalismo afetivo de António Cândido Franco constitui uma prática transformadora, estruturada em função das coordenadas temporais, culturais e afetivas do autor e da sua época, e como nesse ressurgir do passado, em certa medida dramatizado, se prolonga a memória petrificada que o autor exacerba e converte em mito genesiaco, materializando a imaginação de um passado alternativo num futuro que o olha como mito fundador. Para tal, partirei de algumas diferenças entre duas versões desta história amorosa (a primeira, de 1990), para sinalizar as reelaborações imaginativas do romance de 2003 e a afinidade dos episódios maravilhosos, a

recomposição do novo dispositivo narrativo e as suas repercussões na mitificação da saudade.

2. PEDRO E INÊS NA HISTÓRIA MEDIEVAL

A revisitação dos amores de Pedro e Inês assinada por António Cândido Franco insere-se num vasto filão de ficções que procuraram preencher os vazios da história sobre um episódio que, sobretudo por via da memória literária, veio a fazer parte da identidade nacional e da sua mitologia. Reduzindo-o à sua trama mais simples, D. Pedro (1320-1367), filho de D. Afonso IV (1291-1357), casa com a castelhana D. Constança Manuel (1316-1349) e desta união nasce o seu sucessor D. Fernando (1345-1383). No séquito de D. Constança viera a nobre galega Inês de Castro (m. 1355) que manteve uma relação amorosa com o infante D. Pedro ainda em vida de sua mulher, razão pela qual teve de regressar a Albuquerque, na Estremadura castelhana. Mais tarde, Pedro e Inês reencontraram-se e tiveram quatro filhos. Já viúvo, Pedro vivia em Coimbra com Inês, quando o monarca ordenou a sua morte. O infante não voltou a casar, embora o seu filho bastardo, o futuro rei D. João I, tenha nascido de uma relação com D. Teresa Lourenço.

Não obstante este enredo romanesco, as referências coevas à vida e morte de Inês de Castro reduzem-se a uma doação, cuja menção «dona Eines» não é concludente quanto ao seu estado civil (Sousa, 2004, p. 19), e a dois lacónicos registos analísticos próximos dos acontecimentos, onde se lê, respetivamente, que o rei Afonso matou D. Inês em Coimbra em 7 de janeiro de 1355 (*Chronicon Alcobacense*) (Cruz, 1968) e, mantendo a indicação cronológica, que D. Inês foi degolada por ordem do rei Afonso IV (*Livro da Noa*) (Herculano, 1856). São, portanto, estes parcos informes, contemporâneos dos acontecimentos, juntamente com os eventos que, no século seguinte, Fernão Lopes registou na *Crónica de D. Pedro* — conflito armado entre o infante e o rei, na sequência do assassinato de Inês, declaração de casamento entre Pedro e Inês e sua trasladação para os mosteiros cistercienses de Alcobaça — e, *last but not least*, a história esculpida na pedra das extraordinárias arcas tumulares encomendadas pelo monarca, que inspiraram a historiografia posterior e a mitografia nacional literária e artística.¹ E se

1 Na *Crónica de D. Pedro*, o cronista remete para a *Crónica de Afonso IV* onde, de acordo com a cronologia dos factos, afirma ter relatado os amores de Pedro e Inês, uma vez que a intriga amorosa decorrerá antes de D. Pedro suceder a seu pai. Todavia, como se sabe, a *Crónica de 1419* que, ao que tudo indica, reflete o conteúdo das crónicas perdidas de Fernão Lopes, não menciona esse passado.

as primeiras e fugazes referências ao amor e à beleza de Inês remontam à *Crónica de D. Pedro*, do cronista castelhano Pedro López Ayala (1332-1407), foi o cronista-mor do reino português quem primeiro construiu uma intriga que os séculos vindouros perpetuaram, instigados pela crueldade do assassinato e pela demanda de razões que o sustentassem.

Os trabalhos abrangentes desenvolvidos, entre outros, por Jorge de Sena (1967), Eugenio Asensio (1974), Leonor Machado Sousa (1984, 2004), Fátima Marinho (1990, 1991), ou Daniel Aranjó (2013), e pelos demais autores que se têm debruçado sobre as recentes revisitações literárias e artísticas do Romeu e Julieta portugueses (Rodrigues, 2006; Gomes, 2009; Machado, 2017) atestam a fecundidade do mito e o seu caráter imorredouro. A par destas obras, nem sempre na ótica específica dos estudos de medievalismo (Machado, 2023), a medievística tem igualmente procurado responder com novas hipóteses às dúvidas que a trama inesiana continua a suscitar (Vasconcelos, 1933; Aires de Sá, 1899; Arnaut, 1972, 1986; Roig, 1986; Monteiro et. al., 1999; Oliveira, 2005; Sousa, 2005; Pimenta, 2005; AAVV, 2005; Costa, 2012; Ferreira, 2014).²

3. A MITIFICAÇÃO DA MEMÓRIA

O romance *A rainha morta e o rei saudade*, que António Cândido Franco escreveu já no século XXI, não é propriamente uma estreia inesiana. *Memória de Inês de Castro*, de 1990, representa a sua primeira incursão nesta trama medieval que, com a publicação de 2003, adquire o estatuto de primeira versão do romance de Pedro e Inês. A chave para o enquadramento cultural e literário dos dois romances pode ler-se na epígrafe de Teixeira de Pascoaes que encima a primeira publicação: «O sol é o rei dos astros: A lua é a rainha coroada depois de morta: a

2 Ainda que tímida, podemos remontar a implantação dos estudos de medievalismo em Portugal à primeira década do século XXI. Em relação à bibliografia inesiana, merece destaque o trabalho seminal de António de Vasconcelos, onde se comentam as fontes documentais, historiográficas e monumentais medievais que informaram o mito —o «Instrumento do pacto de amnistia e concórdia, celebrado em agosto de 1355 entre D. Afonso IV e seu filho o infante D. Pedro, após o desvario, que entre os dois houve, por causa da morte de D. Inês», a menção, no *Livro de Linhagens*, do conde D. Pedro (1383), a Pero Coelho, conselheiro régio e algoz de Inês, e a D. Álvares Pereira, que defendeu a cidade do Porto, cercada pelo infante, as crónicas de Rui de Pina e de Cristóvão Rodrigo de Azenheiro (mais tarde acrescenta-se a este rol a crónica da biblioteca de Manizola), além das fontes já mencionados, e os dois túmulos de Alcobaça.

Dona Inês de Castro. E o sol é Dom Pedro, *o Cru*.³ E eis projectado, no infinito, um episódio da nossa História... (1952)». Tal como, curiosamente, melhor se explicita na segunda obra, este paratexto confere a D. Pedro a primazia na criação do mito, a tese ficcional que, como se verá, se desenvolve em *A rainha morta e o rei saudade*. De facto, os paratextos poderiam até trocar-se, pois a epígrafe camoniana que encima o romance de 2003, retirada da célebre estância introdutória do episódio, em *Os Lusíadas* (III, 118) —«O caso triste, e dino da memória / Que do sepulcro os homens desenterra, / Aconteceu da mísera e mesquinha / Que depois de ser morta foi Rainha»—, afigura-se mais adequada ao primeiro romance que, desde o título, distingue a figura de Inês e a memória que dela se cria intra e extradiegeticamente, embora também se enfatize o seu reinado *post mortem*, o gesto mítico de D. Pedro que o romance celebra, ainda que não tão explícita e enfaticamente como na versão de 2003.

O lugar da memória no primeiro romance cruza a dor do infante D. Pedro perante a recordação da morte da amada —nas palavras do autor, «o milagre que acordava os mortos» (Franco, 1990, p. 176)— com a rememoração do passado que o autor constrói numa articulação constante com a teia de relações com as demais cortes peninsulares, cujos destinos reais e fictícios se articularam de um jeito mais ou menos direto com o devir histórico português. Ainda que neste primeiro romance a dimensão celebratória do amor não seja tão ostensiva como virá a suceder na versão posterior, o percurso diegético atribuído ao par amoroso assenta no que, em *História, mito e fuga ficcional em António Cândido Franco*, Leonor Seabra Pereira (1999) considera uma conjugação entre «interpretação iniciática (e mítica) do Amor, visão mítico-profética (mas não escatológica, nem providencialista) da História e filosofia arracionalista e milenarista do destino português» (Pereira, 1999, p. 3). De facto, descurando a relevância dos feitos militares e épicos, também eles epítomes da identidade nacional, é a centralidade do amor que o escritor enaltece, atribuindo-lhe o termo *a quo* do amor português, num ciclo que se encerra com D. Sebastião, o outro amante louco e mistificador, como observa Cândido Franco na introdução da *Vida de Sebastião Rei de Portugal*, o romance histórico de 1993 intimamente ligado com *Memória de Inês de Castro*:

Eu acho que a história de Portugal está toda compreendida entre Inês de Castro e Sebastião, duzentos anos de vida a criar mundos desde as Canárias até às Molucas. Se as feridas de Inês foram a fonte onde Portugal bebeu ao peito o leite genesíaco do seu nascimento, as feridas de Sebastião foram a fonte onde Portugal bebeu, moribundo,

³ Cf. alusão ao drama *Pedro, o Cru*, de António Patrício, publicado em 1918.

o leite da velhice e da ressurreição. Sebastião é, além de Inês de Castro, a única figura verdadeiramente poética da história de Portugal. (Franco, 1993, p. 11)

O processo de mitificação que o romancista desenvolve dota o universo medieval que recria de uma aura de mistério, simbologia e comunhão com a natureza que, conjuntamente, descobrem e imortalizam uma harmonia cósmica que transcende a imanência terrena. Por esta via, tanto a memória de Pedro e a sua saudade —um conceito também mais pregnante no romance de 2003—, como a mediação literária operada pelo escritor se irmanam, erguendo «os próprios corpos dos mortos» (Franco, 1990, p. 176), para usar a formulação com que o narrador remata uma das *marginalia* filosófico-especulativas que acompanham o relato —desta vez, a propósito da superação da ausência amorosa e do contentamento da saudade que acordaram em Pedro seis meses após a morte de Inês.

À ressonância saudosista comum aos dois romances não terá sido estranho o percurso do académico António Cândido Franco e os aturados estudos que dedicou a Teixeira de Pascoas (Franco, 1994, 1996, 2000, 2003b, 2014), bem como o sentido de mistério como «forma oculta de vida» próprio do saudosismo poético que o filósofo explanara em «Saudosismo e simbolismo» (1913, p. 113). O autor afeiçoa esta matriz à pulsão, diria passional, com que se entrega à Idade Média e à figura de D. Pedro, como é manifesto na sua trilogia romanesca —*A rainha morta e o rei saudade*, *Vida ignorada de Leonor Teles* (2009) e *Os pecados da Rainha Santa Isabel* (2010)— e nas informações metaliterárias que a acompanham, tanto em espaço paratextual, como na abertura de um dos romances. Na nota prévia de *A rainha morta e o rei saudade*, o autor expressa o seu estranhamento em relação à obra anterior, o seu contínuo interesse pela matéria e o desejo de aperfeiçoamento da *estória*:

Não é ainda a rosa perfeita e definitiva, que o amor de Inês e a saudade de Pedro merecem, nem tão-pouco a obra limpa e polida que eu gostaria de deixar, até ao fim das idades, com fragrância intemporal, aos pés desta estória, que não é apenas uma tragédia frustrante e depressiva mas também uma magnífica e exemplar narrativa de libertação. (Franco, 2003a, p. 11)

Ao medievalismo afetivo do autor, importa ainda a dedicatória do romance aos filhos, cujos nomes Inês e Pedro dão a medida do envolvimento do autor com o passado. Mas é sobretudo no início do romance que dedica à Rainha D. Isabel que se pode observar o móbil que o anima:

Não posso deixar de andar à volta de Pedro de Portugal. Este rei é a minha ideia fixa. Cada vez me comovo mais com a sua figura; a sua vida magnetiza-me. É um íman

poderoso, uma luz quente e cega, em torno da qual giro sem parar como os planetas giram em torno do Sol. Este Pedro de Portugal foi o inventor da Saudade e isso basta para fazer dele o meu credor eterno, cuja história comparo à mítica existência de Orfeu. (Franco, 2010, p. 13)

O mesmo passo dá igualmente conta da subjetividade da sua experiência medievalista e do que ela acrescenta, *radicularmente*, a esse passado dourado com que se fundiu:

Regresso ao passado, ao passado da nossa origem. Regresso pois à baixa Idade Média, essa noite de dor e maravilha, onde as estrelas brilharam pela derradeira vez. Sei do que falo; já por lá andei tempo que baste a deitar raiz e borla, quanto mais a contemplar de raspão um céu de estrelas. De mãos livres e olhos atentos, sempre à pata, bati e rebati durante um carro de anos fragas e recessos, visitei Inês em Albuquerque, chorei com Pedro em Coimbra [...]. Por lá me demorei tantos anos, por lá andei com tanto desejo e encanto, e tão de espaço, que fiquei a pertencer mais a esse tempo que ao meu. (Franco, 2010, p. 13)

4. A HERMENÊUTICA DA EMPATIA

A familiaridade medievalista com o universo medieval, ou melhor, a metáfora da migração para um outro tempo e espaço, cria a ilusão de um testemunho que, como fica claro em *A rainha morta e o rei saudade*, mais não é do que memória, imaginação e hermenêutica da empatia. Se as duas primeiras são convocadas pelo próprio autor no romance —e, como recorda Leonor Seabra Pereira, na conferência *Teoria e palavra* (1991)—, a hermenêutica da empatia é visível nos passos metaliterários citados, mas igualmente no dispositivo genológico da obra, bem diverso do apresentado no primeiro romance sobre a matéria inesiana e que o próprio autor reputa de *bruto, apressado e atabalhado* (Franco, 2003a, p. 11).

O romance *Memória de Inês de Castro* contém em germe a revisitação de 2003 que, na verdade, surge mais depurada, mas também mais dramaticamente encenada e, como se verá, com um enorme acréscimo imaginativo. Ainda assim, a ideia de celebrar o amor fundador de Pedro e Inês está já claramente presente no romance de 90, mas, pese embora a centralidade do par amoroso, o caráter inaugural, excecional e mítico do amor que os une tende a diluir-se na sobrecarga de informação sobre a história coeva dos reinos peninsulares, cujo conflito o autor procura dotar de uma inteligibilidade da história ibérica, ao mesmo tempo que, com menor intensidade, se expande sobre um quotidiano medieval que quase

desaparece no romance de 2003. Em *Memórias de Inês de Castro*, o narrador e a sua subjetividade parecem investir sobretudo na construção de uma plenitude amorosa cercada de sinais sobrenaturais, de resto, igualmente retomados em *A rainha morta e o rei saudade*, como se mostrará. De forma muito evidente, ali, a conjugação de um pano de fundo sobrecarregado de referências históricas com a singularidade do amor que estrutura o romance, e que o densifica com a profusa teia de poderes que se confrontam na Hispânia trecentista, está ao serviço da primazia dessa paixão e do par que a corporiza. Como reiteradamente António Cândido Franco assinala, é justamente a intensidade das convulsões que se vivem na Península Ibérica que gera a experiência genesiaca do amor petrista: «Os grandes amores nascem nos momentos de grande batalhas ou de grandes perturbações coletivas e os grandes amantes revelam o seu poder e o seu conhecimento nos momentos mais críticos das sociedades humanas» (Franco, 1990, p. 84).

A par desta intenção explícita, omitida na versão de 2003, à comum reinterpretação de um Eros fundador, acresce um outro tópico exclusivo de *Memórias de Inês de Castro*: a idealização do convívio inter-religioso determinante da identidade nacional, operada pela refiguração ficcional de Teresa Lourenço, uma mulher cujas «origens e as ligações familiares são, ainda hoje, um problema por resolver» (Pimenta, 2005, p. 179). O relevo amoroso que Cândido Franco confere a esta *Dona Tareija*, que Fernão Lopes dizia ser «natural de Galiza» (Lopes, 1979), será abordado a propósito da tríade de mulheres com que D. Pedro se relacionou intimamente. Por ora, importa observar brevemente como o romancista/ensaísta preencheu algumas lacunas da história em função da sua proposta identitária (Pereira, 1999). Em vez de dona galega, Teresa «aparecia como herdeira da mulher popular algarvia, com um passado nómada» (Franco, 1990, p. 85) e, agora, «criada de quarto» (Franco, 1990, p. 86) de Inês:

acompanhada de um pequena escrava de origem árabe que não sabia precisar a idade, o que era então comum, mas que devia ter sensivelmente a mesma idade de Inês, e que se chamava Fátima. Parece que Castros pouco dados a aculturações de natureza religiosa lhe chamaram Teresa. Inês, que a tratava sempre por Fátima, sentia-a como uma presença indispensável, presença irremediavelmente ligada à sua. (Franco, 1990, p. 79)

Através de Fátima, o Sul restituía ao reino «um sentido de civilização impossível de encontrar na educação do norte.» (Franco, 1990, p. 86). E, pela relação que veio a ter com o monarca, esta mulher, também diferente na cor,

autonomizou Portugal, dando-lhe um destino ultramarino e atlântico [...]. O ventre da mulher algarvia foi o ventre que, por excelência, concebeu Portugal. Todos os di-

násticos ventres borgonheses e europeus da 1.^a dinastia são nulos quando comparados com a extraordinária riqueza desses ventres anônimos que deram ao homem português qualquer coisa de decisivo e de africano. (Franco, 1990, p. 182)

Para a revisão da história e para a tese que o autor pretende demonstrar, a relação entre Pedro e Fátima é predestinada, tal como ocorrera com Inês, e determina o «significado existencial português», colocando «frente a frente um homem que representava tipicamente os valores dos antigos godos germânicos e uma mulher que, tanto na constituição como até na memória dos seus valores, representava as minorias étnicas semitas». Através da união deste novo par, a morte que resultou do embate entre cristãos e árabes dá lugar a uma «aliança amorosa» que, com D. João I, «se torna cooperação», e, com o tempo, dará lugar à «fraternidade universal» (Franco, 1990, p. 183).

Uma tal visão, claramente herdeira da fenomenologia e da ontologia da saudade de Teixeira de Pascoaes dilui-se na versão de 2003, onde Teresa perde a identidade árabe e o poder, que lhe fora atribuído, de agregar um Portugal na dianteira de um «novo mundo moral» (Pascoaes, 1988, p. 94).

5. ENCENAÇÃO DO MITO

Não obstante esta divergência entre as duas versões, o processo de idealização amorosa e de heroicização de Pedro e Inês atravessa ambos os romances, dotando-os de uma ambiência sobrenatural e oculta que, mais uma vez, parece estar em sintonia com o sentido que o saudosismo poético atribui ao mistério, ou seja, àquilo que não é «revelado ainda, a face que a vida não desvendou ainda ao nosso espírito» (Pascoaes, 1913, p. 113). A proliferação de sonhos, revelações, profecias (Marinho, 1991; Pereira, 1999; Rodrigues, 2006) semeia a transcendência que surpreende o quotidiano do par amoroso e que, cumulativamente, transmuta a história em mito, por via de uma imaginação autoral que descobre a essência do amor, a sua perfeição e a sua excecionalidade. Neste processo de iluminação subjetiva da história e de desocultação do seu mistério, intui-se um medievalista que, empaticamente, encena a trama amorosa a partir do sentido peculiar que lhe atribui, como se viu no excessivo caso da origem de Teresa Lourenço.

No manuseio deste percurso heroicizante e mitificador, António Cândido Franco retoma a gramática do maravilhoso que suportava a literatura profana medieval (Le Goff, 1989; Consolino, 2016; Gingras, 2016) e, em particular a his-

toriografia de Fernão Lopes (Rebelo, 1983; Amado, 1991). O lugar privilegiado que, no contexto da valorização do invisível, o sonho ocupara na visão do mundo do homem medieval é colocado ao serviço da «revelação de uma existência nova» (Franco, 1990, p. 45) que por este meio se desoculta e que, não sendo exclusivo dos protagonistas, concorre para a primazia do mito amoroso.⁴ No caso dos sonhos e visões de Pedro — a personagem onde a imaginação é mais atuante —, os dois exemplos que, de seguida, convoco introduzem, respetivamente, o sentido predestinado das relações que o protagonista mantém sucessivamente com Constança, Inês e Teresa, e o lugar mítico ocupado por Inês. Com efeito, antes de casar com Constança, o infante sonhou com um arqueiro que descia do céu com «setas tão luminosas como o Sol»; uma delas atingiu Pedro no peito, cobrindo-o de «pequenos fios de sangue» que iluminavam a escuridão.

Ao acordar, sentindo-se em comunhão com a terra, é surpreendido por um pássaro que o fitava com ar inteligente.⁵ Trazia no bico três longos fios, que depositou na terra, ao pé dum canteiro de rosas. Pedro apanhou os três fios sedosos, dois que tanto podiam ser da cor do ouro como do fogo e outro da cor da noite ou da prata. [...] Eram os três fios do seu destino, qual deles o mais adiantado e promissor. (Franco, 2003a, p. 62)

Para Pedro, ainda alheado do amor, aqueles três fios eram «um sinal da aurora, nada mais» (Franco, 2003a, p. 62), mas, muito ao jeito medieval, frequentemente o narrador procura fechar o sentido do maravilhoso, acrescentando ou disseminando a mensagem ocultada. Assim, quando se inicia a relação entre Pedro e Teresa, esclarece que, juntamente com Constança e Inês, ela fora «uma das três mulheres que lhe deram descendência, um dos três fios do seu destino» (Franco, 2003a, p. 184).

Já anunciando a desmaterialização da realidade em mito, o primeiro sonho de Pedro ocorrera numa noite de lua nova «em que se passa da expectativa à contemplação» (Franco, 2003a, p. 44), neste caso, do ponto vital de um percurso que tem como «centro nevrálgico Pedro», em torno de quem gravitam as restantes fases da lua que metaforizam as suas mulheres, como se lê numa das interpelações do

⁴ Para o autor, é «este tipo de sonho que nos predispõe a um contacto privilegiado com o mundo, pois ele é a revelação profunda de uma existência encoberta que vive em nós.» (Franco, 1990, p. 30)

⁵ Na versão anterior, efetivamente menos depurada, o autor concretizava: «Dir-se-ia uma daquelas pombas selvagens que atravessavam continentes inteiros à procura dum lugar e que, quando anilhados, se podem tornar os mais velozes mensageiros.» (Franco, 1990, p. 62)

narrador a Teresa: «Foste a lua minguante do seu amor, como Constança foi o seu crescente e Inês a sua lua cheia de fogo e depois a sua secreta e extravagante lua nova de mármore.» (Franco, 2005, p. 184). O destino de Pedro começa, pois, a traçar-se desde cedo, quando ainda se discutia o seu casamento com Branca de Castela. A força deste sonho, que se impõe como uma aparição, ergue «certezas inelutáveis, premonições inabaláveis.» (Franco, 2005, pp. 44-45) figuradas numa

mulher de cabelos ondulados cor de fogo. Era uma mulher que estava, como um turbilhão em repouso, sentada no meio duma floresta. A meio do sonho, ela levantava-se e, debaixo duma lua cheia, tocava num cavalo de pelo claro e ancas fortes, que desaparecia com ela na floresta em direcção do luar. (Franco, 2003a, p. 44)

Conquanto Pedro não tivesse tomado consciência desta novidade, o fogo da imagem ficará para sempre associado à percepção que terá de Inês, como sucede no primeiro encontro com a «essência astral» que dela dimana, em Alenquer, ou quando, já depois da morte de Constança, se reencontram em Albuquerque.

A par destas sinalizações ficcionais de um amor sobre-humano e redentor, o universo maravilhoso estende-se também à mitificação da descendência de Pedro, agora numa recriação semelhante ao providencialismo legitimador da dinastia de Avis, encenado por Fernão Lopes na *Crónica de D. Pedro*. Em *A rainha morta e o rei saudade*, a preferência de Pedro por João, filho de Inês (em detrimento do filho homónimo tido com Teresa), segue o afeto que o monarca declara no texto medieval:

sei que mais alto hade montar, se este he o meu filho Joane de que me algumas vezes fallarom, como quer que eu quiria ante que se comprisse no Iffante Dom Joham meu filho que neelle; ca a mim disserom que eu tenho huum filho Joanne, que ade montar muito alto, e per que o reino de Purtugal adaver mui grande homra. E por que eu nom sei qual destes Johanes hade seer, nem o podem saber em certo, eu aazarei como sempre acompanhem ambos estes meus filhos, pois que ambos som de huum nome, e escolha Deos huum deles pera esto, qual sua mercee for. Como quer que muito me sospeita a vontade que este hade seer, e outro nenhum nom, porque eu sonhava huuma huuma noite o mais estranho sonho que vos vistes: a mim parecia em dormindo, que eu viia todo Portugal arder em fogo, de guisa que todo o reino parecia uma fugueira; e estamdo assi espamtado veendo tal cousa, viinha este meu filho Johanne com uma vara na mão, e com ella apagava aquelle fogo todo. E eu comtei esto a alguns que razom tem dentemder em taaes cousas, e disseromme que nom podia seer, salvo que alguns gramdes feitos lhe aviam de sahir damtre as mãos. (Lopes, 1979, pp. 196-197)

Cito o passo na íntegra para que se possam confrontar os dois momentos desta predestinação com a apropriação também dual que dela faz Cândido Franco. A

imprecisão do profetizador medieval é aqui concretizada na figura de uma peregrina mendiga que lê a mão de Pedro e que, mantendo o ambiente de mistério do romance, não fala, mas sussurra: «– Há, senhor, na vossa vida um pequeno monte desagregado. Esse pode ser um dos vossos filhos [...].– Mas, um outro impõe-se como aquele mar domina o seu limite» (Franco, 2003a, p. 118).

Na dramatização do episódio, o narrador compõe o cenário, atribuindo à peregrina uma indumentária lúgubre e gestos simultaneamente teatrais e sibilinos: panos pretos e uma «asa negra» que levanta, «apontando com a mão o verde impassível daquele mar» (Franco, 2003a, p. 118), olhos escuros que tremem ligeiramente. Segue-se-lhe o sonho, desta feita, de Inês, a replicar a armadura profética do texto medieval. Em *A rainha morta e o rei saudade*, porém, omite-se a reiterada preferência do rei por João, filho de Inês, que se lê na parte final do primeiro romance. Nesta versão, o frémio interior que o futuro rei D. João provoca em Pedro altera o olhar que dirige a este «filho da paixão, melhor o filho imaterial da memória» (Franco, 1990, p. 234), numa formulação consistente com a reinterpretação da relação com Teresa, no romance de 2003.

O último ponto a abordar nesta prospeção do medievalismo afetivo em *A rainha morta e o rei saudade* prende-se com as consequências da modificação do dispositivo narrativo na recomposição das três personagens femininas que determinam o futuro de Pedro. A deliberada teatralização de uma fábula trágica concentra-se, desde o acrescento do título, na reinterpretação das relações íntimas de Pedro como emanações, prévias e posteriores, do seu amor por Inês, imortal e mitificado. A revisão assim operada repercute-se igualmente na atribuição da origem do mito inesiano a Pedro e na subjetivização emotiva do narrador, expressão máxima do medievalismo afetivo.

Do ponto de vista genológico, o autor equipara o seu romance histórico (a tipologia que ostenta na capa) a um texto teatral, ou seja, como uma *re-vificação* de um «romance de amor, morte e saudade» (Franco, 2003a, p. 13) oferecida por um narrador que, ultrapassando a sua natureza de ser de papel, assume uma voz que interage, convoca e julga as personagens. As frequentes expressões, o mais das vezes apostroficas, da sua subjetividade defluem da metáfora do sujeito de enunciação que vem à boca de palco pôr em cena um ato de memória e saudade do passado a que está irremediavelmente ligado. Por outro lado, o facto de a *estória*, como também designa a sua obra, ser, noutros passos, comparada a uma tragédia permite, retroativamente, perceber as interpolações do narrador como materializações do coro de uma peça de alto coturno que, por esta via, assinala momentos-chave do episódio, ao mesmo tempo que partilha a sua compaixão com as personagens, num processo de mediação entre o tempo medieval e a

contemporaneidade que, deste modo, é convidada a participar na celebração ritualística do amor.

A construção deste dispositivo assenta na divinização crística de Pedro, patente no sacrifício salvífico que lhe é atribuído:

Trouxe, assim, uma nova esperança à vida, dando ao mundo uma nova certeza, além da morte; foi, sem parecer, um bicho divino, que se sacrificou para dar mais luz à luz. Depois dele, a morte deixou de existir e foi substituída pela saudade. Foi ele que arrancou Inês à morte e ao esquecimento; (Franco, 2003a, p. 29)

A aproximação tácita será explicitada no momento da exumação de Inês do sepulcro de Santa Clara, em Coimbra. O gesto, comparável à ressurreição —ainda que memorialista— e à *hybris*, inspira a síntese mítica do narrador: «É, por isso, Pedro, que tu és, com a tua saudade, uma figura mitológica, ao lado de Prometeu ou Jesus, e a tua fábula um aspecto extraordinário da existência da humanidade» (Franco, 2003a, p. 190).

É, pois, este inventor da saudade que, no título, é associado, com o conceito, ao nome de Inês, contrariamente ao que ocorrera romance de 90, onde figurava apenas associado às memórias. Pedro é o escolhido pelas estrelas para dar «conhecimento e sabedoria aos homens» (Franco, 2003a, p. 77); é ele o oficiante da saudade e da memória. E é ao serviço da magnitude da tarefa que se desenrola a reinterpretação singularíssima do triângulo amoroso no centro do qual Pedro se moveu.

No romance de 2003, o amor por Inês, colocado no horizonte do mito, pré-existe à relação oficial Pedro-Constança e perdura na ligação fugaz com Teresa. No caso de Constança, este olhar expandido do amor parte do homoerotismo entre ela e Inês, cantado por Eugénio de Castro (1900) no poema que dedica à princesa castelhana. António Cândido Franco intromete-lhe Pedro, o outro vértice do triângulo amoroso: tendo-se apercebido da transcendência e da inevitabilidade do amor de Inês pelo «grosseirão do Príncipe» (Franco, 2003a, p. 84), a relação interior de Constança com o infante transforma-se; o «burgesso ganhou ingenuidade, elegância, formosura» (Franco, 2003a, p. 85) e a princesa invade-o com uma paixão histérica. Compreendera que Inês «era o fio condutor daquela trama apaixonada e que sem ele o fogo se apagaria [...] e guardou-a avidamente só para si, como se ela fosse um talismã inspirador das mais ardentes e afortunadas paixões.» (Franco, 2003a, p. 87). Apesar das sugestões que vai semeando, o narrador afirma duvidar da relação homoerótica sugerida pelo poeta, mas, duas páginas depois, confirma-a com a aceitação, por parte de Inês, do «mecanismo perverso do desejo de Constança»: «Deixou que ela a tomasse como isco e dei-

xou-a mesmo, nos momentos mais frenéticos, morder ela própria o isco, esses lábios de fogo virgem» (Franco, 2003a, p. 90).

Inês, pedra angular da trama, surge, nas duas versões do romance, inocentada de qualquer calculismo. E o fogo celeste do amor irradiante que a une a Pedro é interrompido pela imolação trágica e posteriormente revivificado pelo poder transcendente da saudade miraculosa que Pedro lhe dedica.

Tal como sucedera em relação a Constança, a imortalidade do amor de Pedro e Inês prolonga-se na figura de Teresa em quem o rei vê a sombra da sua amada. Consciente da perturbação que a relação sensual poderia significar no mito do amor imaculado, o narrador absolve o protagonista com um *tour de force* capaz de estabelecer uma linha de continuidade no amor infinito. Na longa apóstrofe final que dirige a Teresa, integra a personagem na alma íntima da história, atribuindo-lhe, enquanto «sombra de Constança e de Inês» (Franco, 2003a, p. 184), a responsabilidade no equilíbrio do triângulo amoroso. Já, quando, de seguida, interpela Pedro para o apaziguar dos *remordimentos* que o consomem, encontra uma explicação física e igualmente benevolente para a tentação a que o rei sucumbiu: Teresa «havia agarrado na pele o cheiro de Constança e o perfume de Inês» (Franco, 2003a, p. 185).

6. À GUIZA DE CONCLUSÃO

Não obstante outras manifestações de medievalismo presentes nos intertextos tácitos, explícitos e/ou comentados, nas analogias culturais e literárias, predominantemente clássicas e nos confrontos passado-presente que informam o medievalismo do romance, procurei evidenciar alguns dos traços do medievalismo afetivo que o romance *A rainha morta e o rei saudade* testemunha.

Ao contrário de *Memórias de Inês de Castro*, mais do que uma ideia da Idade Média, o romance que António Cândido Franco reescreve em 2003 ressalta uma idealização do amor, recriado e emulado a partir do gesto memorial de Pedro —exumação, coroação, trasladação, imortalização tumular, mas também justiça vingativa. Ancorado na sintonia de um olhar glorificador sobre o passado —de Pedro, sobre o seu passado de amor, e do autor, no exercício de memória que exacerba a recordação medieval petrística e a transmuda em mito genesíaco—, e de amor desse mesmo passado, o autor encena a obsessão que o liga aos amores de Pedro e Inês. Revisita-os uma e outra vez sem disfarçar quanto o resultado final reflete não apenas a empatia com o passado medieval, mas o devir do autor empírico que reescreve um novo romance, porque, como afirma na sua «Nota

prévia» à segunda versão petrista, «tinha outra morada, outra cor de pele, outro cabelo, outra vida. Desde então morri e voltei a nascer; não sou mais o mesmo.» (Franco, 2003a, p. 11).

REFERÊNCIAS

- AA.VV, 2005: *Inês Castro 1355-2005 – Exposição bibliográfica*, Lisboa.
- Aníbal Pinto de Castro, Pedro Dias, 1999: *O reencontro de D. Pedro e D. Inês*, Coimbra.
- Amado, Teresa, 1991: *Fernão Lopes contador de história. Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa.
- Aranjo, Daniel, 2013: «Inês de Castro, la Reine morte: mythe et réalité», *Babel*, 27, <<http://babel.revues.org/3389>>.
- Arcens, Louise d' (ed.), 2016: *The Cambridge Companion to Medievalism*, Cambridge.
- Arnaut, Salvador Dias, 1972: *Episódio de Inês de Castro à luz da História*, Lisboa.
- , 1986: *Os amores de Pedro e Inês: suas consequências políticas*, Coimbra.
- Asensio, Eugenio, 1974: «Inês de Castro: de la crónica al mito», em *Estudios Portugueses*, Paris, pp. 37-58.
- Consolino, Franca, Spetia, Lucilla e Francesco Marzella (eds.), 2016: *Aspetti del meraviglioso nelle letterature medievali. Aspects du merveilleux dans les littératures médiévales. Medioevo latino, romanzo, germanico e celtico*, Turnhout.
- Costa, Adelaide Pereira Millán da, 2012: «As três mulheres de Pedro I», em Vanda Lourenço Menino e A. P. M. Costa, *A rainha, as infantas e a aia*, Lisboa, pp. 215-490.
- Cruz, António (ed.), 1968: «Livro da Noa ou Livro das Eras de Santa Cruz de Coimbra», em *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, pp. 69-88.
- Eco, Umberto, 1989: «Dez modos de sonhar a Idade Média», em *Sobre os espelhos e outros ensaios*, Lisboa, pp. 90-103.
- Ferré, Vincent (ed.), 2010: *Médiévalisme, modernité du Moyen Age*, Paris.
- Ferreira, Maria do Rosário, 2014: «Inês de Castro et la juive de Tolède: un cas de réception active chez Fernão Lopes», *E-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*, <https://doi.org/10.4000/e-spania.23958>.
- Franco, António Cândido, 1990: *Memória de Inês de Castro*, Lisboa.
- , 1993: *Vida de Sebastião Rei de Portugal*, Lisboa.
- , 1994: *Transformações da saudade em Teixeira de Pascoaes*, Amarante.

- , 1996: *O saudosismo de Teixeira de Pascoaes*, Amarante.
- , 2000: *A literatura de Teixeira de Pascoaes*, Lisboa.
- , 2003a: *A rainha morta e o rei saudade. O amor de Pedro e Inês*, Lisboa.
- , 2003b: *O Surrealismo Português e Teixeira de Pascoaes*, São Paulo.
- , 2010: *Os Pecados da Rainha Santa Isabel*, Lisboa.
- , 2014: *Trinta Anos de Dispersos sobre Teixeira de Pascoaes*, Lisboa.
- Gingras, Francis (ed.), 2016: *Motifs merveilleux et poétique des genres au moyen âge*, Paris.
- Gomes, Graça Joana da Cruz, 2009: *História, ficção e transgressões em Triunfo do Amor Português de Mário Cláudio*, Coimbra.
- Gutiérrez García, Santiago, 2008: «Cine Artúrtico y Neomedievalismo: de *Excalibur* (1981) a *King Arthur* (2003)», *Revista de Poética Medieval*, 21, pp. 85-123.
- Herculano, Alexandre (ed.), 1856: *Chronicon alcobacense*, em *Portugaliae Monumenta Historica*, vol. I. *Scriptores*, Lisboa.
- Le Goff, Jacques, 1989: «O maravilhoso no Ocidente medieval», em *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*, Lisboa, pp. 17-35.
- Lopes, Fernão, 1979. *Crónica de D. Pedro I*, Porto.
- López de Ayala, Pero, 1991: *Crónica de D. Pedro*, em *Crónicas*, edición, prólogo y notas de José-Luis Martín, Barcelona, pp. 5-434
- Machado, Ana Maria, 2017: «O medievalismo nas *Adivinhas de Pedro e Inês*, de Agustina Bessa-Luís», em *Ler a Idade Média hoje. Fontes, texto e tradução*, Tânia Azevedo, Maria Filomena Louro (coord.), V. N. de Famalicão, pp. 21-35.
- , (ed.): *Medievalismo literário português em contexto europeu*, Coimbra (no prelo).
- Marinho, Maria de Fátima, 1990: «Inês de Castro – Outra era a vez (I parte)», *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II série, vol. 7, pp. 103-136.
- , 1991: «Inês de Castro – Outra era a vez (II parte)», *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II série, vol. 8, pp. 7-45.
- Matthews, David, 2015: *Medievalism: a Critical History*, Cambridge.
- Monteiro, João Gouveia, 1988: *Fernão Lopes. Texto e Contexto*, Coimbra.
- Oliveira, António Resende de, 2005: «As vidas de D. Pedro e de D. Inês de Castro na historiografia medieval portuguesa», em *Seminário Medieval 2008-2009* <<http://www.seminariomedieval.com/smo809.html>>.
- Pascoaes, Teixeira de, 1913: «Saudosismo e simbolismo», *A Águia*, 2.^a série, 16, abril, pp. 113-114.

- Pereira, Leonor Seabra, 1999: *História, mito e fuga ficcional em António Cândido Franco*, Porto.
- Pimenta, Cristina, 2005: *D. Pedro I*, Lisboa.
- Prendergast, Thomas A. e Trigg, Stephanie, 2018: *Affective medievalism. Love, abjection and discontent*, Manchester.
- Rebelo, Luís de Sousa, 1983: *A concepção do poder em Fernão Lopes*, Lisboa.
- Rodrigues, Pedro Jorge, 2006: *A personagem D. Pedro na narrativa portuguesa do dealbar do século XXI*, Lisboa.
- Roig, Adrien, 1986: *Inesiana ou bibliografia geral sobre Inês de Castro*, Coimbra.
- Sá, Ayres de, 1899: *Fr. Gonçalo Velho*, vol. I, Lisboa.
- Sena, Jorge, 1967: *Estudos de História e de Cultura*. I série, vol. I, Lisboa.
- Shippey, Tom, 2009: «Medievalisms and Why they Matter», em *Studies in Medievalism*, XVII, pp. 45-54.
- Sikorska, Liliana (ed.), 2008: *Medievalisms: the poetics of literary re-reading*, Frankfurt.
- Spiegel, Gabrielle, 2002: «Memory and historical time: liturgical time and historical time», *History and Theory*, 41, pp. 149-162.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e, 2005: *D. Afonso IV (1391-1357)*, Lisboa.
- Sousa, Maria Leonor Machado de, 1984: *Inês de Castro na literatura portuguesa*, Lisboa,
- , 2004: *Inês de Castro: Um tema português na Europa*, Lisboa.
- Toswell, M. J., 2009: «The Tropes of Medievalism», *Studies in Medievalism*, XVII, pp. 68-76.
- Vasconcelos, António de, 1933: *Inês de Castro. Estudos para uma série de lições no curso de História de Portugal*, 2.^a ed. rev., Barcelos.